
PROTEÇÃO CIVIL... E O FUTURO

Identificada doutrinariamente como a proteção de pessoas, bens e ambiente, em situação de acidente grave ou de desastre, a Protecção Civil constitui a afirmação de uma ampla política de segurança, que encontra o seu fundamento jurídico na Constituição e na obrigação dos poderes públicos de garantirem por um lado o direito à vida e à integridade física dos cidadãos e por outro uma eficaz coordenação intersectorial.

A extraordinária amplitude e multidisciplinaridade das situações de emergência, assim como as necessidades que se geram ao nível dos recursos humanos e materiais especializados, convertem a Protecção Civil, fundamentalmente num problema de organização, mas também de legislação adequada.

A grandeza e a superior importância dos valores que estão em jogo em situações limite, exigem que a Protecção Civil se desenvolva de acordo com adequadas orientações e prévio planeamento, obtendo os recursos necessários do Estado, mas obtendo também o envolvimento das organizações privadas, das empresas e sobretudo dos cidadãos.

Esta contribuição é fundamental para fazer face à pluralidade dos riscos que ameaçam as modernas sociedades humanas, com consequências cada vez mais gravosas, originadas por fenómenos naturais, tecnológicos, sociais ou por ameaças terroristas, que juntam novos elementos complexos, já que os dispositivos de resposta serão chamados a intervir sobre as consequências destas novas realidades.

A necessária participação ativa da Protecção Civil na política de segurança interna constituirá uma evolução marcante na sua organização e no seu relevante futuro.

A Protecção Civil como tarefa de todos é cada vez mais uma responsabilidade de cada um. Novos comportamentos e atitudes face aos perigos e ao risco devem ser desenvolvidos. O cidadão deve ser um participante ativo na sua proteção e na proteção coletiva.

Este esforço deve-se traduzir numa melhor gestão dos riscos, na adoção de comportamentos e atitudes preventivas, na racionalização de recursos, no desenvolvimento de uma verdadeira cultura de prevenção, com o objetivo de melhor preparar o país para responder a eventos gravosos, potenciando a coordenação e articulação entre forças e serviços.

Quanto mais avançarmos no tempo, mais estamos sujeitos a desastres naturais, acidentes tecnológicos, ocorrências sociais e eventos complexos, que vão determinar no futuro uma preocupação mais agregadora... a Segurança Humana, abrangendo as atividades de

proteção civil, de proteção e socorro, de segurança interna e do ambiente, vinculada ao poder público pois é responsabilidade do Estado a proteção permanente dos seus cidadãos.

Compreender e tentar prever os eventos graves, torna-se hoje cada vez mais urgente e indispensável. E não é só para o cientista ou para o profissional que lida com este género de matérias mas também, para cada um de nós que precisa de saber mais, para lidar o mais convenientemente possível com o perigo.

A Proteção Civil é uma área do saber, agregadora do conhecimento de múltiplas ciências, que permite organizar a compreensão sobre os fenómenos naturais, tecnológicos, sociais ou complexos e as suas consequências, numa abordagem global e sistémica, tentando especificar as suas inter-relações tendo em vista a tomada de decisões fundamentadas, para alcançar objetivos relacionados com a vulnerabilidade do território e a segurança humana.

Para o efeito, a Proteção Civil estuda técnicas de avaliação de ameaças, mitigação de riscos a diferentes escalas de análise, considerando as relações causa-efeito, para sustentar ações de prevenção, de preparação, de intervenção, de assistência e de recuperação, adequadas e destinadas a evitar ou minimizar as consequências dos diversos eventos, preservar a confiança da população e restabelecer a normalidade da vida na comunidade.

Usando métodos e técnicas que serão aplicadas de forma prática em incidentes, acidentes, acidentes graves ou desastres, que interrompam ou diminuam a continuidade da atividade humana normal ou afetem de modo tangível a propriedade, as infraestruturas ou o ambiente, a Proteção Civil estimula e aprofunda o conhecimento avançado sobre a gestão do risco, a gestão de desastres, a informação e a formação.

A Proteção Civil constitui assim um processo contínuo pelo qual todos os indivíduos, grupos e comunidades devem gerir os perigos num esforço para evitar ou para amenizar o impacte resultante da sua concretização.

Uma proteção civil eficiente baseia-se na integração dos processos de planeamento com o envolvimento das entidades governamentais e não-governamentais a todos os níveis.

A proteção civil deve liderar e estimular uma abordagem integrada, planeando e operacionalizando um efetivo sistema nacional de gestão de emergências/desastres multiagentes, clarificando, agilizando e simplificando as estruturas de prevenção e de resposta operacional, adaptando-as à natureza das ameaças, de modo a maximizar as capacidades existentes, assumindo o dever de garantir a utilização racional, eficiente e

eficaz dos recursos, tendo presente o objetivo para que contribuem, reduzindo redundâncias, aumentando a integração operacional e a resiliência do sistema.

Nestes domínios constitui linha de ação fundamental, melhorar a gestão da comunicação para permitir integrar as informações das várias entidades técnicas e científicas, num sistema capaz de apoiar os órgãos de decisão, na previsão e no controlo dos efeitos negativos de eventos adversos, permitir a compreensão por parte dos agentes e da sociedade, dos interesses de todos e de cada um e promover junto dos cidadãos o conhecimento e a vantagem de uma, bem conseguida organização de proteção civil.

Garantir a imprescindível coordenação centralizada, a cooperação e colaboração entre todas as entidades e organismos intervenientes, ao nível nacional, regional ou local, de modo a maximizar o potencial disponível e implementar um sistema de monitorização e informação de forma a potenciar os planos de aviso e de alerta, é fator crítico de sucesso. Assim como garantir a Unidade de Direção e Controlo Operacional indispensável para integrar todas as dimensões da proteção civil, fazendo-as convergir para objetivos comuns.

A concertação de medidas, de acordo com planos de coordenação, direção e comando operacional entre as diversas forças e serviços de proteção civil, de proteção e socorro, dos serviços e forças de segurança e dos serviços de emergência médica, e a garantia da articulação entre estas forças e outros serviços, entidades públicas ou privadas, a cooperação com as forças armadas ou com organismos congéneres internacionais, torna-se fundamental para garantir a qualidade, eficiência e eficácia da execução dos planos de gestão de desastres, em situações extraordinárias de várias ordens que requeiram a intervenção conjunta e combinada dessas forças e serviços.

Outra das ações cruciais é a de melhorar as estratégias educativas considerando o capital humano, através da atribuição de uma elevada prioridade à aprendizagem ao longo da vida, promovendo, com as instituições de ensino e nos programas escolares, uma cultura de segurança, assente nos valores da prevenção e da autoproteção.

A qualificação dos recursos humanos é indispensável para a modernização da sociedade. Portugal tem de saber potenciar simultaneamente os seus recursos técnicos e humanos e apostar decisivamente na formação, em instituições de ensino profissional e ensino superior, desenvolvendo metodologias, programas e estudos técnicos e científicos sobre os diferentes perigos, ameaças e riscos e as capacidades necessárias à mitigação das suas consequências, valorizando o conhecimento, a tecnologia e a inovação.

Consolidar as instituições de ensino superior, que fazem da área da proteção civil uma sua aposta estratégica, e onde se concentram a maior parte dos recursos humanos dedicados a

este saber avançado, aprofundando uma maior proximidade entre universidades, institutos politécnicos, laboratórios, centros de excelência, empresas e instituições públicas de relevância nesta área, revela-se indispensável, de modo a que o conhecimento possa ser aplicado de forma mais prática e qualificada no desenvolvimento do sistema de proteção civil e portanto da segurança do país.

Territórios e sociedades mais resilientes serão, pois, territórios e sociedades menos vulneráveis e mais preparados para lidar com a mudança, com a complexidade, com perigos e perturbações múltiplas.

O ambiente que nos envolve está em permanente mudança e todos temos que nos adaptar. Não são nem os mais fortes nem os mais espertos que sobrevivem, mas sim aqueles que tiverem maior capacidade de adaptação. As comunidades devem ser orientadas a adotar comportamentos adequados de prevenção e de resposta e promover a sua autoproteção.

Assim, o desafio coletivo atual consiste em pensar, preparar e adaptar os nossos territórios e populações a diferentes cenários de alterações ou transformações, contribuindo para minimizar riscos e impactos que condicionem a vida dos cidadãos, famílias, empresas e instituições.

É a capacidade de antecipar, reagir, absorver perturbações, recuperar de crises, reorganizar-se sem nunca entrar em rotura, enquanto se está sujeito a forças potencialmente complexas, mantendo o essencial das suas funções, estrutura e identidade, que são os grandes desafios do sistema de proteção civil para os tempos futuros, o que é incontornável nas sociedades atuais e inerente a uma boa gestão organizacional.

O caráter predominantemente integrado da atuação da proteção civil, deve estender-se não só aos conceitos operacionais, à doutrina e aos procedimentos, mas também à cultura institucional e organizacional interna à organização e aos vários intervenientes, muitas vezes com interesses divergentes.

A área da Proteção Civil é uma área do saber em rápido crescimento e desenvolvimento, o que resulta do facto incontornável de que não podem existir sociedades resilientes sem se garantir a segurança das pessoas, da propriedade, das infraestruturas e do ambiente.

As pessoas têm o direito a viverem em segurança e com dignidade. Esta é uma responsabilidade do Estado. Para tanto, é vital que as políticas de gestão de riscos que têm vindo a ser requeridas tanto no âmbito das organizações governamentais como não-governamentais, sejam sistematicamente integradas nas estratégias de desenvolvimento sustentável, ao nível local, regional e nacional.

O impacto devastador dos desastres naturais ou provocados pelo homem dão relevo especial ao Sistema de Proteção Civil. Educar para construir uma cultura de prevenção e autoproteção. Esta deve ser a nossa preocupação e ocupação permanente.

As pessoas precisam receber informação, conhecimento, treino, competências e recursos, para se adaptarem a novas ameaças, a novas realidades e riscos que a própria sociedade tem vindo a gerar ou para se protegerem dos acidentes graves ou dos desastres.

Estes novos “velhos” eventos com causas multifacetadas necessitam cada vez mais de gestores de emergências/desastres com formação superior multidisciplinar e abrangente, que lhes dê as ferramentas para lidar com estas novas verdades.

Proteção civil, gestão do risco, planeamento de emergência, gestão de emergências, foram tradicionalmente consideradas áreas cuja aprendizagem era feita no terreno.

Hoje já não é assim. Há necessidade absoluta de mais treino, mais formação, mais capacidades no campo da gestão das organizações, da gestão de equipas multidisciplinares, em aspetos jurídicos relacionados com responsabilidades administrativas, com recursos económicos interligados com a importância da prevenção e mitigação dos riscos, com o ordenamento do território, com a gestão da resposta multiagentes às emergências, com a gestão pós desastres, com a recuperação e com uma imensidão de outros conhecimentos que se pretendem sistematizados e padronizados.

Há necessidade de formação especializada e de adquirir competências capazes de unir os aspetos práticos com metodologias rigorosas e com a capacidade para monitorizar novos factos, mas compreendendo a interação dos fenómenos naturais, com os tecnológicos e com a diversidade cultural das atuais sociedades cada vez mais complexas.

A área da proteção civil é de enorme significado para a segurança dos cidadãos porque a nossa sociedade evolui por uma silenciosa certeza, que avança ao mesmo tempo que vivemos... teremos no futuro um desastre de grande dimensão...

Por isso queremos seguir em busca de um destino mais seguro... e isso só se alcança com... Saber e Organização.

Lisboa, outubro de 2016

Paulo Gil Martins